blica, 29 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Domingos Leite Pereira* — *Augusto Casimiro Alves Monteiro* — *António Alberto Torres Garcia* — *Ernesto Maria Vieira da Rocha* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Vasco Borges* — *Nuno Simões* — *João José da Conceição Camoesas* — *Francisco Alberto da Costa Cabral* — *Manuel Gaspar de Lemos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 11:108

Sendo conveniente regular a expedição dos passaportes diplomáticos a favor de cidadãos portugueses, acabando com antigas práticas que se reconheceu serem prejudiciais aos interesses do Estado e tendo quanto possível em atenção os preceitos adoptados pela Conferência dos Passaportes, promovida pela Sociedade das Nações: hei por bem, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e nos termos do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os passaportes diplomáticos expedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ou pelas Embaixadas e Legações de Portugal só poderão ser concedidos às seguintes pessoas:

1) Os membros do Governo, os antigos Presidentes

da República, os antigos Ministros, os Presidentes e Vice-Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados e suas famílias;

2) Os agentes diplomáticos e suas famílias, os agentes consulares de carreira e suas famílias;

3) Os funcionários superiores da Presidência da República;

4) Os funcionários do Ministério das Negóciois Estrangeiros e suas famílias;

5) Os correios de Gabinete e as pessoas encarregadas pelo Governo de uma missão oficial junto de Governos estrangeiros ou junto de organismos internacionais oficiais.

Art. 2.º Desde a data do presente decreto cessa a concessão e revalidação dos passaportes especiais e *laisser-passer* que tem sido uso expedir pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

§ único. Dêstes documentos, os que tiverem sido concedidos ou revalidados antes desta data poderão ser utilizados pelos interessados para saírem de Portugal até 30 de Novembro próximo e para regressarem até 30 de Março de 1926. Depois deste dia ficarão nulos para todos os efeitos, devendo ser cassados pelas autoridades a quem forem apresentados.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 29 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Vasco Borges*.